



RELIGIÃO, IDENTIDADE E SENTIDO DE PERTENCIMENTO

Márcia Mello Costa De Liberal

1. APRESENTAÇÃO

Ao objetivar o estudo da religião, identidade e sentido de pertencimento parece-nos oportuno que se delineie inicialmente o histórico da religião protestante, eleita para nosso trabalho, e o seu evoluir ideológico em nosso país.

Num segundo momento passaremos a analisar o espaço social ocupado pela religião e, finalmente, procuraremos demonstrar, como em nossos dias, é visto o sentido de identidade e pertencimento sob o prisma religioso.

1.1 A inserção da fé protestante no Brasil

Como pudemos verificar várias foram as vertentes que formaram a religião protestante, em nosso país, ressaltando os valores teológicos tradicionais, os valores associados ao pentecostalismo, e à teologia da prosperidade, e a necessidade de volta à ideologia, à identidade emanada dos pensadores da Reforma.

No Brasil, a Igreja Evangélica Brasileira data da segunda metade do século XIX; porém, as idéias protestantes remontam ao início da colonização.

Em 1555, Villegaignon, comandante da expedição francesa radicada no Rio de Janeiro, solicitou que Calvino, enviasse de Genebra “crentes reformados” para que se iniciasse, em nosso país, a pregação evangélica. Em 1557, foi celebrado, no Rio de Janeiro, o primeiro culto evangélico em solo brasileiro. Porém essa tentativa não frutificou, e logo foram expulsos, por Villegaignon discordar em relação à administração dos sacramentos.

Nova tentativa ocorreu no Nordeste, de 1630 a 1654, quando Maurício de Nassau, trouxe a Igreja (Reformada para o Brasil), através de pastores e “predicantes”, objetivando a implantar o protestantismo, tentativa essa que malogrou após a retirada dos holandeses em 1654.

Para a expansão da fé evangélica foi de grande importância a imigração de Europeus, o que ocorreu na segunda metade do século XIX. Os imigrantes alemães, muitos deles luteranos, estabeleceram-se nos estados do sul do país e disseminaram as idéias evangélicas. Anos mais tarde, vieram missionários e ministros da Suíça e Prússia, para orientar os alemães aqui radicados. Destacam-se também nesse período, provenientes dos Estados Unidos, Daniel Parish Kidder e James Cooley Fletcher que realizaram excelente trabalho evangélico em nosso país.

Kidder era episcopal, Fletcher presbiteriano e fundou a primeira escola dominical do Brasil, e também viajou por todo o país, distribuindo Bíblias. Foi escritor da obra “O Brasil e os Brasileiros”, trabalho que muito influenciou Robert Reid Kalley, médico, missionário que veio para nosso país em 1855. Ele e sua esposa Sarah Poulton foram os responsáveis pela obra “Salmos e Hinos”, que constitui o mais famoso hinário evangélico brasileiro, conforme afirma Mendonça (1995).

Os Kalleys radicaram-se no Brasil e fundaram a Igreja Evangélica Fluminense; Robert Kalley foi grande defensor da liberdade religiosa e foi o primeiro missionário que utilizou a língua portuguesa em seus sermões, divulgando o Evangelho.

Destaca-se ainda Ashbel G. Simonton, proveniente dos Estados Unidos, que esteve à frente da Igreja Presbiteriana do Rio de Janeiro, de 1862 a 1867.

Em São Paulo, se radicaram em Santa Bárbara do Oeste, em 1871 onde havia uma comunidade de imigrantes provenientes dos Estados Unidos, os missionários batistas Richard Ratcliff e William B. Bagby. Deve-se a este último a fundação da primeira Igreja Batista Brasileira, em 1881.

Ainda oriundos dos Estados Unidos, enviados pela *American Church Missionary*, aqui chegaram em 1889, os episcopais, Lucien Kinsolving e James Watson Morris que se radicaram em Porto

Alegre. Houve expansão dos episcopais, que no primeiro ano (1897) já perfaziam o total de 150 fiéis. Em 1899 foi sagrado o primeiro Bispo da Igreja Episcopal do Brasil, Lucien Lee Kinsolving.

A ideologia que fundamentava a igreja evangélica no Brasil assentava-se na erudição bíblica, no formalismo religioso e na preocupação com a educação. Conforme Mendonça (1995), o protestantismo no Brasil, manteve uma unidade teológica e ideológica. A unidade teológica manteve-se basicamente até a chegada dos pentecostais no Brasil.

Citemos, em 1910, em São Paulo, o italiano Luigi Francescon fundou a Congregação Cristã do Brasil. Em 1911, a vinda dos missionários suecos Gunnar Vingren e Daniel Berg, que se radicaram no Estado do Pará e fundaram a Assembléia de Deus. As duas permaneceram por longos anos como as maiores forças do movimento pentecostal no Brasil. Na década de 40, dissidentes dessas igrejas criaram ministérios independentes que deram origem às Igrejas, O Brasil Para Cristo, Deus é Amor e o Evangelho Quadrangular.

A Assembléia de Deus, tanto em termos doutrinários, como em número de fiéis, é a mais bem sucedida tradução do Pentecostalismo entre nós. E, embora tivesse iniciado no norte do Brasil, crescia rapidamente por todos os Estados e nos anos 60, quando houve um encontro entre tradicionais e pentecostais, quase ocorreu um cisma na Igreja Evangélica Brasileira. Os pentecostais ganharam expressão e o fogo do Espírito Santo alastrou-se por todo o país e tiveram grande expansão nas décadas de 70 e 80.

É importante que se ressalte a importância do pastor Manoel de Mello, para a igreja evangélica no Brasil, pedreiro, nascido em Pernambuco, missionário por vocação, Manoel de Mello e a Igreja que ele fundou (Igreja Evangélica Pentecostal) “O Brasil para Cristo” destacou-se por sua pregação profética que ultrapassando as fronteiras evangélicas, logrou alcançar o mundo político. Era um grande comunicador de massas e possuía aquele afã que é próprio dos pentecostais; preconizava a cura e a libertação. Filiou-se, corajosamente, em 1969 ao Conselho Mundial de Igrejas (CMI) sendo a primeira Igreja autóctone a filiar-se a esse Conselho.

Era um homem radical, de fortes convicções e de declarações explosivas, que segundo Antoniazzi, citado por Ramos e Bitun (2002:14), “Roma deu ao mundo a idolatria; a Rússia, os terrores do comunismo; os Estados Unidos, o demônio do capitalismo, nós, brasileiros, nação pobre, daremos ao mundo o Evangelho”. Em outro momento, Mello pontificou, conforme Duncan, citado por Ramos e Bitun (2002:14): “O ateísmo cresce, devido às situações de injustiça,

de miséria em que o povo vive. Os pregadores estão pregando sobre um futuro longínquo e se esquecem que Jesus, deu valor e atenção ao momento em que o povo vivia”.

Foi um líder religioso carismático, de idéias ousadas e colocava-se na vanguarda, embora aceito por políticos não era bem visto pelos evangélicos; faleceu em 1990, mas seu sonho de conquistar o Brasil para Cristo continua a vigorar. Ressalta-se ainda a figura de David Miranda, fundador da Igreja “Deus é Amor”.

Nos anos de chumbo, do período militar, o viver dos brasileiros era povoado por medos e incertezas; porém no meio religioso há um milagre de fé, um fervor evangelístico que contagia os fiéis e surgem as missões para eclesiásticas, fruto do zelo quer dos missionários pentecostais, quer do esforço dos evangelistas tradicionais. Essas missões permitiram a superação das diferenças doutrinárias pontuais. O monopólio da verdade não era disputado por ninguém, e todos se esforçavam para a expansão da fé; ocorreram institutos bíblicos e encontros em que pastores e líderes de variadas denominações religiosas se reuniam, numa demonstração inequívoca de não mais haver as velhas fronteiras denominacionais.

No regime militar não havia espaço para as pessoas que pertencessem a outra corrente ideológica. Líderes da Igreja Evangélica Brasileira colocaram-se de acordo com as idéias esquerdistas e muitos líderes não tiveram outra opção, a não ser o exílio.

Além dos líderes, outros alvos da intransigência e perseguição militar foram as organizações jovens evangélicas, bem como as organizações estudantis; assistimos ao confisco de documentos, portas fechadas, jovens silenciados pelos fuzis.

Os jovens reagiram e muitos movimentos evangélicos surgiram: Mocidade para Cristo, Jovens em Cristo, Jovens da Verdade e ABU. A juventude voltava-se para Cristo, hippies convertiam-se a Jesus; jovens brasileiros transformaram-se em ousados pregadores do Evangelho.

1.2. A fé em expansão

A década de 60 é o marco definitivo da inserção da Igreja Evangélica no Brasil. Os evangélicos passam a serem percebidos não só numericamente mas, também, como ideologia.

Tradicionais, assentados em um rígido formalismo litúrgico e numa sólida erudição bíblica, condenavam os excessos “emocionais” dos pentecostais e eram criticados por estes por sua “frieza”. Houve choques entre o formal e o espontâneo, o racional e o emocional, mas isso não foi negativo para a Igreja Evangélica, que pode crescer salutarmente.

Se a Igreja de Manoel de Mello, O Brasil para Cristo, pode ser considerada como epítome das igrejas autóctones, não se pode deixar de mencionar a Igreja de David Miranda, Deus é Amor, que usava a cura como eixo do discurso religioso, e que se valia grandemente de programas de rádio, para sua divulgação.

A Igreja do Evangelho Quadrangular, trazida para o Brasil em 1951 pelo ex-ator americano Harold Williams, foi também muito importante para a expansão da fé evangélica no Brasil. Essa Igreja assentava-se em quatro pilares significativos de Jesus: aquele que salva, batiza com o Espírito Santo, cura e virá outra vez. Destaca-se por sua preocupação com a formação teológica de seus líderes, e abre espaço para mulheres no ministério.

O sucesso da Igreja Evangélica, principalmente as pentecostais, permitiu a sedimentação da idéia de que o número dos evangélicos poderia crescer muito no Brasil. A década de 80 marcou um sólido crescimento dos evangélicos, divulgado constantemente pela mídia; os evangélicos passaram a serem notados na história da Igreja no Brasil. O pentecostalismo explodia, seus templos multiplicavam-se no território brasileiro e a fé evangélica passou a atrair verdadeiras multidões.

Novos pentecostais sofreram a influência do sincretismo religioso no Brasil. Os ministérios e a pregação passam a pagar tributo à herança de outras religiões vigentes no país, mesclando crenças católicas, espíritas e afro-brasileiras.

Na década de 1990 os evangélicos começam a divulgar sua mensagem também na mídia televisiva, tendo a Igreja Evangélica apresentado um expansionismo sem paralelo nos anos anteriores. A mudança principal acontece quando passaram a ser donos de canais de TV como a Universal do Reino de Deus (Rede Record), Igreja fundada pelo bispo Edir Macedo e a Renascer em Cristo (Rede Gospel). O uso da mídia tornou-se traço marcante dos neopentecostais; seus telepastores alcançaram grande número de fiéis que assim recebiam a transmissão das mensagens evangélicas, que transpuseram fronteiras de templos e comunidades eclesiais.

Porém, embora a Igreja possa utilizar-se da mídia, seu uso indiscriminado pode ser um mal, fazendo com que pregadores estimulados pelo sucesso, hipnotizados pelo poder transitório da mídia, percam de vista a essência da religião, levar o homem à salvação, conforme pensamentos dos autores Ramos e Bitun (2002).

Há muito, a palavra de ordem entre os evangélicos tem sido crescer, isto ocorrendo não só entre os pentecostais como com outras denominações protestantes históricas. O sincretismo brasileiro

resultante da miscigenação de etnias, de sermos um pouco de todas as raças, encontra manifestações nos traços culturais de nosso povo, e acentuadamente na religião.

Segundo Gondim, apud Ramos e Bitun (2002:29), “... os negros, europeus e nativos deixaram de ser africanos, brancos e índios para assumirem uma nova identidade”. E completa: “Se esta peculiaridade ajudou para que o Brasil tivesse uma só língua, uma só cozinha, contribuiu também para que nascesse uma religião nova, autenticamente nacional”.

O movimento dos neopentecostais encontra apoio nesse sincretismo religioso, nos quais as verdades não são excludentes, mas se reforçam. Nesse caminho, há o perigo de a superstição ocupar o lugar da fé, o transcendente ser substituído pelo, esotérico e o espiritual poderá vir a confundir-se com o oculto. Podemos tocar a esfera do sobrenatural, mas não estaremos necessariamente na presença de Deus.

De toda a onda neopentecostal, sem dúvida, a Universal do Reino de Deus é a que se expandiu, tendo o maior número de fiéis (mais de um milhão), em pouco tempo (17 anos) e muitos templos disseminados pelas cidades, quer sejam pequenas ou metrópoles.

A Igreja Assembléia de Deus ancora suas pregações em a cura das enfermidades, a expulsão dos demônios que obstaculizam a vida das pessoas, a realização financeira e o desfrute do sucesso individual. De acordo com o pensamento da jornalista e professora Márcia Benedetti, (apud Ramos e Bitun, 2002), a Universal vai além do que se pode chamar de uma igreja convencional, preocupada com a salvação do homem e possui um ideário centrado no tripé: salvação, cura e prosperidade.

Para a mesma autora a salvação não será mais privilégio a ser desfrutado na eternidade, no reino de Deus, mas “... a salvação está estreitamente relacionada à felicidade que o indivíduo pode conquistar ainda hoje, no plano terreno” (p. 32).

Coloca a salvação da alma no mesmo nível de conquistas materiais. Afirma ainda Benedetti (citada por Ramos e Bitun, 2002:34) que “... é a expressão da fé por meio do sacrifício financeiro. Doando mais do que poderiam, as pessoas desafiam Deus a cumprir os seus desejos”. O maior problema entrevisto nessa igreja é a prosperidade material como sinal de espiritualidade elevada e fé imbatível.

Para os autores, a Teologia da Prosperidade tem muitos adeptos no Brasil, não só entre os pentecostais mas, também, entre os evangélicos tradicionais.

Essa Teologia coloca em xeque a herança ideológica protestante ao enfatizar as bênçãos e a aversão à Cruz. O crente seria, para esse novo credo, uma pessoa especial, para quem não existiria nem pobreza, nem doença. Só para quem não tem fé existiria a pobreza e a doença; saúde e riqueza passam a ser signos genuínos da salvação, do estado de graça do fiel.

Em síntese, há uma inversão de valores, enquanto a teologia da prosperidade coloca a conquista da felicidade, no plano terreno, como o *summu bonus* da bem-aventurança cristã, a Bíblia exortamos a buscar em primeiro lugar o reino de Deus e sua justiça.

À Igreja Evangélica urge encontrar seu rumo, voltar à visão do Evangelho de que fomos feitos para a glória de Deus e de o homem é o cerne do Evangelho. É necessário que recupere o senso eclesiológico dos reformadores, os ensinamentos da teologia de São Paulo, sobre o corpo de Cristo. O apóstolo Paulo afirmava que Deus o fortalecia e que tanto poderia viver na pobreza, como na riqueza, na abundância como na escassez, porque era o homem sustentado por Deus, e não das coisas que estão a sua volta.

2. ORGANIZAÇÃO RELIGIOSA E SUA FUNÇÃO SOCIOLÓGICA

2.1. Organização religiosa e sua função representativa:

Organização religiosa significa um conjunto estruturado de atores que exercem papéis religiosos específicos.

Os papéis desempenhados pelos atores visam reproduzir e transformar o sistema religioso, porém a atuação dos mesmos estará sempre condicionada por seu “vínculo grupal, por sua posição de classe e pelo tipo de sociedade em que vivem” (Houtart, 1994:98). Muitas vezes os sistemas religiosos podem apresentar aspectos resultantes do ambiente social e não exclusivamente da intenção autônoma de seus agentes; daí porque ao se tratar de um fenômeno religioso é sempre necessário fazê-lo através de uma pesquisa sociológica.

A organização religiosa possui várias funções relativas às representações, às expressões, à ética e à própria organização.

Quanto às representações, a fim de cumprir o mister de transmiti-las, há necessidade de serem codificados os escritos religiosos (Bíblia católica, protestante, os Vedas, o Alcorão), a mesma coisa aconteceu no budismo, no qual os escritos foram ligeiramente diferentes segundo as duas grandes tradições.

Em relação à representação dos conhecimentos, além da transmissão do já existente, a organização religiosa pode também produzir novos sentidos religiosos, em novas circunstâncias; por exemplo, quando muitas são as transformações culturais, e o sentido anterior não é mais decodificado pelos fiéis, deixa de se relacionar com a realidade do presente, há necessidade de serem transformados e de serem criados novos sistemas de representações.

Na religião católica, pode-se apresentar como exemplo, São Tomás de Aquino, que introduziu uma nova racionalidade no pensamento filosófico e teológico. Tomou como base a filosofia grega e formulou um corpo novo de crenças e normas éticas com referência religiosa. Outro exemplo pode ser aqui mencionado: a substituição da língua latina, pelo idioma vernáculo, para melhorar a compreensão e a participação dos fiéis. A Reforma protestante introduziu princípios democráticos e mecanismos participativos no funcionamento da organização como conselhos pastorais, dos quais podiam participar leigos, destaque do papel dos leigos dentro da organização religiosa, que podem expressar sua palavra na administração da diocese.

As mudanças sempre resultam de pressões, quer das bases, quer dos intelectuais. Para enfrentar as mudanças, geralmente orientadas, impulsionadas por teólogos intelectuais, os agentes das instituições religiosas, precisam preocupar-se em adaptá-las à nova situação de forma cautelosa para não haver conflitos com os elementos conservadores e tradicionais, bem como para conservar as massas tradicionais.

Os líderes religiosos precisam manter um equilíbrio entre a renovação e a tradição, entre os elementos conservadores e os elementos progressistas.

2.2. A formulação das formas expressivas religiosas:

Tratemos a seguir da função da organização religiosa em referência às formas pelas quais se expressam através de cultos, devoções, liturgias. É sempre à organização religiosa que compete definir a forma oficial das expressões coletivas: como se celebram a missa, os sacramentos como, por exemplo, a comunhão, o batismo, o casamento.

Para que sejam estabelecidas normas oficiais de expressão há necessidade de determinada base material: templos, objetos de culto, meio de subsistência dos agentes específicos, vestimentas, etc.

Em relação à construção de templos, podemos perceber que tipos diferentes de construção são representativos de determinados tipos de religião de uma época, e mantêm também relação com o significado da religião para determinados contextos sociais.

O estudo sociológico da arquitetura religiosa permite-nos observar que os diferentes edifícios religiosos refletem não só o tipo de religiosidade de uma determinada época, como o tipo de relação entre a religião e a sociedade. Exemplo: os templos budistas do Sri Lanka, são pequenas construções que se mesclam às demais; sua presença é imanente, mas não-dominante. Já as igrejas católicas dominam as cidades com suas altas torres, sobressaem-se em relação às demais construções; analisando as primeiras basílicas romanas, observamos que quando o Imperador Constantino converteu-se ao cristianismo, colocou toda a máquina do Estado, tendo o equipamento a serviço da religião cristã e as grandes basílicas converteram-se em templos religiosos.

As catedrais góticas em sua verticalidade significam, expressam a representação vertical do conceito de Deus, bem como o lugar central de destaque da presença religiosa na sociedade (prédios mais altos até que os palácios reais).

Na Europa, nas cidades de Bruxelas, Bruges, Gante, nos séculos XV e XVI, em plena fase da expansão da burguesia mercantilista, foram construídos edifícios góticos profanos (até mais altos que a catedral). No sul da Itália, nas vilas onde imperava grande miséria foram edificadas templos com torres altíssimas, por vezes com cruces de ouro, no cimo da torre, construídas com a colaboração monetária dos fiéis, por ser a Igreja o símbolo fundamental do grupo, a manifestação expressiva do seu orgulho.

Atualmente vemos Igrejas construídas sem tanta pompa, às vezes até sem torre, expressando a concepção da presença de Deus entre os homens, e não mais do Deus altaneiro, dominando todo o panorama cultural. Formas materiais como templos, castiçais de ouro, vestes ornamentadas com pedrarias podem ser indubitavelmente, expressão de um sentido simbólico.

Vejamos em continuidade a inter-relação ética mais religião.

2.3. Normas éticas e as referências religiosas:

As normas éticas definidas pela religião regulam comportamentos individuais e coletivos.

As instituições religiosas que têm público bastante diferenciado, em todas as classes sociais, precisam gerar uma certa unanimidade de princípios éticos. Para evitar conflitos, a ética social

utiliza-se de uma linguagem abstrata: postula a favor da paz, do amor e da justiça, mas têm que traduzir esses conceitos em situações concretas de cada sociedade.

A linguagem concreta que pode ser entendida por todos é denominada de profética por Houtart (1994:111), “... a linguagem profética cria antagonismos porque não pode considerar a sociedade como uma expressão de unanimidade. O discurso profético indica onde estão as contradições o que também provoca reações dentro do sistema religioso”.

A ética social tende a expressar-se de forma abstrata (fala da justiça social), porém os profetas são os que falam uma linguagem concreta definindo causas, por exemplo, de injustiças sociais, denunciando agentes políticos e econômicos que são responsáveis por essa injustiça. Muitas vezes os profetas são marginalizados e até excluídos dos sistemas sociais institucionalizados.

Podemos considerar que sempre houve personalidades desse tipo que fazem um juízo ético-social, com referência religiosa, mas o fazem diante de situações concretas. Por exemplo para explicarem as causas da injustiça social inerente ao sistema capitalista, fazem “a priori” uma análise, um estudo das classes sociais.

A corrente profética analisa, quando se faz necessário, a instituição religiosa como parte do sistema sócio-político que permite a reprodução das injustiças, o que pode gerar conflitos internos na própria instituição. Na América Latina, a maioria dos conflitos internos é consequência de contradições entre a lógica institucional e uma atitude profética.

Para Houtart (1994), os agentes religiosos evangélicos que participam da lógica da Boa Nova para os pobres não titubeiam em denunciar as situações concretas de injustiça, e até por vezes criticam o papel desempenhado pela instituição religiosa, na reprodução do sistema social.

A crítica à organização religiosa apresenta diferença de interpretação entre os meios populares e intelectuais. As críticas oriundas das camadas populares dizem respeito às personagens religiosas, os agentes transmissores: bispos, sacerdotes, religiosos, mas não põem em dúvida, não questionam a legitimidade da instituição. A crítica elaborada pelos intelectuais enfoca geralmente o papel social da instituição, o como essa instituição constrói as representações da origem e finalidade da religião em relação aos valores espirituais e à legitimação de seus agentes religiosos.

Uma instituição religiosa se organiza para transmitir aos fiéis valores éticos aceitos como importantes para todos, para promover os valores do evangelho: o valor do amor, a justiça, a referência a um Deus pai. A evangelização é, portanto a finalidade do cristianismo, mas além

dessa primazia, haverá outras que se relacionem à representação da própria instituição. Citemos os meios para formar os agentes responsáveis pela transmissão dos valores institucionais como seminários, escolas, monastérios para que sejam asseguradas as bases materiais, a formalização dos cultos e outras atividades religiosas, ou seja, atividades necessárias para a formação de agentes que reproduzam a instituição.

2.4. A vinculação da instituição religiosa com a sociedade:

Todo sistema religioso ocupa um determinado espaço social na sociedade. Esse espaço social é definido pelo conjunto de relações que o sistema religioso mantém com os outros sistemas.

O espaço social ocupado pelo sistema religioso não é o mesmo em todas as sociedades, por exemplo: no Irã – a instituição religiosa ocupa um espaço social dominante, hegemônico. Os agentes religiosos exercem também o poder político supremo; já nas sociedades capitalistas, há um pluralismo ideológico, pois coexistem outros tipos de produções ideológicas, não religiosas, e também o poder político não está vinculado exclusivamente à instituição religiosa.

Todo sistema religioso tem sempre um determinado espaço social no contexto das instituições e organizações produtoras de sentido. A definição do espaço social ocupado pela instituição religiosa vai depender de dois fatores: depende primeiramente da própria sociedade que define qual é o espaço social aceitável para o sistema religioso em relação aos sistemas político-econômico e social; em segundo lugar, está vinculado ainda à concepção do próprio sistema religioso em relação ao que constitui o espaço mínimo necessário para que possa cumprir sua missão, para que possa realizar seus objetivos, quer vise à salvação individual, ou coletiva, ou que pretenda atuar sobre a própria organização coletiva da sociedade.

Se os sistemas religiosos possuem uma dimensão de salvação individual não haverá choques com a sociedade civil ou com a sociedade política; porém se o sentido ético-religioso ultrapassa a esfera da salvação individual e os agentes religiosos se posicionam em defesa dos mais pobres, das classes operárias, das minorias excluídas então poderão ocorrer conflitos com a sociedade civil ou política. Quando são definidos objetivos coletivos, são expressas finalidades concretas da sociedade, da ordem social de conceitos de valor não é apenas uma produção de sentido recebida passivamente, mas há também a participação de classes sociais. Essa produção nova de um sentido coletivo, para as massas populares vai gerar a reformulação de algumas representações religiosas que dizem respeito à relação Deus-Homem; há também reformulação das expressões

musicais, gestuais, a forma de celebrar a eucaristia, a celebração da missa em língua vernácula, todos esses elementos colaborando para uma participação mais efetiva dos fiéis.

A hipótese de concepção religiosa que ultrapassa a salvação individual haverá sempre uma referência a valores ético-religiosos importantes como justiça, amor, compromisso com os outros, que procurarão influenciar o comportamento social e político.

Quando a instituição religiosa objetiva atuar na organização coletiva da sociedade, emergirá o papel ativo que desempenham os agentes transmissores no campo da educação, no campo da saúde, com centros, dispensários e clínicas orientadas por grupos religiosos cristãos, quer católicos ou protestantes.

Há também influência nos projetos que visam desenvolvimento cultural, ações comunitárias e outras. A ação das instituições religiosas persistirá e progredirá sempre que a sociedade não for capaz de atender a contento às necessidades sociais da população, em especial, da população carente, havendo então em decorrência a possibilidade das instituições religiosas ocuparem papel de destaque no contexto social e político.

Fundamentamos nosso trabalho sobre o enfoque da religião como fato social como construção cultural vinculada ao conjunto da formação sócio-econômica.

3. IDENTIDADE E SENTIDO DE PERTENCIMENTO

3.1. A influência da sociedade na formação da identidade

O ser humano tem seu comportamento definido por padrões pré-estabelecidos pela sociedade onde vive; somos também influenciados pelos padrões de nossos ancestrais que foram os determinantes do comportamento da geração atual. Conforme afirma Schutz, citado por Berger (2004:98), "... cada situação social em que nos encontramos não só é definida por nossos contemporâneos, como ainda pré-definida por nossos predecessores".

Para Berger (2004), mesmo nas áreas em que há maior liberdade de opção, a mão poderosa do passado, limita essas opções. Em quase todas as situações sociais vivenciadas no decurso de nossa existência, as regras do jogo já foram formuladas antes de entrarmos em cena. Há sempre um complexo específico de ações sociais já instituídas; por exemplo, as leis, religião são instituições que nortearão nosso proceder.

As instituições estabelecem métodos que padronizam a conduta humana, e nos levam a trilhar caminhos considerados desejáveis pela sociedade.

A estrutura institucional da religião e da sociedade proporcionam uma tipologia específica de ações que podemos desempenhar. Tomemos como exemplo o casamento: em nossa sociedade é monogâmico, já no Tibet ou na Arábia não haveria nenhum problema em ser polígamo, na Arábia o homem pode ter muitas mulheres. Conforme cita Berger (2004:105) “... a sociedade é externa a nós. Ela nos cerca, circunda nossa vida por todos os lados. Estamos na sociedade, localizados em setores específicos do sistema social”.

Essa localização social influencia o que fazemos, a linguagem que falamos, as ações que praticamos, e nossas convicções religiosas. As instituições sociais e religiosas moldam nossas ações e orientam, norteiam nossas expectativas.

A sociedade é uma entidade histórica que nos precedeu e nos sucederá, sobreviverá a nós.

Se agirmos de conformidade com os padrões fixados pela sociedade, seremos recompensados, e se nos afastarmos dos moldes estabelecidos sofreremos a ação dos meios de controle e coerção social. Cada situação exige do ator que somos, respostas específicas às expectativas da sociedade em relação a nós, ao papel que devemos desempenhar.

A sociedade proporciona o script, usando a linguagem de teatro, para todas as personagens, e nós atores temos que assumir os papéis que nos foram determinados. Os papéis apresentam em seu bojo tanto as ações com as emoções e atitudes a elas relacionadas.

O papel estabelece a maneira que a ação deve ser desempenhada pelo ator e normalmente incorporamos os papéis que desempenhamos. O papel da forma se constrói tanto a ação quanto o autor. Todo papel na sociedade acarreta uma certa identidade. Por exemplo: se nascer homem tem que aprender a ser corajoso, a ter ambição, exige uma identidade masculina. A identidade de cada ator é atribuída socialmente, sustentada socialmente e transformada socialmente.

Por identidade entende-se na ótica de Hall (2003:17) “os quadros de referência que dão aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social”.

Podemos conceber a identidade sob dois ângulos: sujeito do iluminismo e sujeito sociológico.

No Iluminismo o sujeito tinha como base a concepção de um ser centrado, dotado de razão, consciência e capacidade de agir no contexto social, em síntese o “centro” consistia num núcleo interior”. Na concepção do sujeito sociológico, o ser humano reflete a complexidade do mundo, moderno e a compreensão de que o “núcleo interior” não é autônomo, mas se forma em decorrência de suas inter-relações com outras pessoas que o envolvem, e que transmitem valores, sentidos e símbolos que constituem a cultura. Em consonância com esse entendimento de

identidade, esta é fruto da interação do “eu” interior com a sociedade. A identidade nessa concepção interativa preenche o espaço entre o “interior” e o “exterior” entre o mundo pessoal e o público.

Há sempre um duplo enfoque: ao mesmo tempo em que internalizamos os significados e valores culturais, tornando-os “parte de nós”, também projetamos a “nós próprios” nessas identidades culturais das pessoas que fazem parte de nosso contexto vivencial. Por identidades culturais entendam-se “... os aspectos de nossas identidades que surgem de nosso pertencimento a culturas étnicas, raciais, lingüísticas, religiosas e acima de tudo nacionais”. (Hall, 2003:8).

A identidade permite a estabilização tanto dos sujeitos como dos mundos culturais onde estão inseridos, trazendo como consequência que ambos se tornem reciprocamente mais unificados e predizíveis.

A identidade é fruto da interação do ser humano com as pessoas que o circundam, com os valores culturais vigentes no contexto onde se desenvolve. A identidade é algo formado ao longo do tempo, através dos processos de interação com a sociedade, ela não é inata, mas sim está em constante processo de formação.

Para o psicanalista Lacan, apud Hall (2003), a identidade é estruturada através das relações do ser humano com os outros, especialmente nas complexas negociações inconscientes na primeira infância, entre a criança e as figuras paterna e materna. É a fase do “espelho”: “... a formação do eu no olhar do outros” (p. 37).

As identidades são articuladas pela sociedade conforme Berger (2004:114), “É preciso que a sociedade as sustente, e com bastante regularidade”.

Podemos sintetizar afirmando que a identidade é o que somos, em decorrência da introjeção de valores culturais, de símbolos éticos e de significados religiosos que nos são transmitidos, pelo sistema lingüístico, através das pessoas com quem nos relacionamos.

Conforme Mead, citado por Berger (2004), a gênese do eu é identificada com a descoberta da sociedade. A criança descobre quem ela é ao aprender o que é a sociedade; a criança aprende a desempenhar os papéis que são adequados, como afirma ainda o mesmo autor, ao aprender “... a assumir o papel do outro” (p. 112).

A identidade não é pré-existente ao ser humano; é atribuída em atos de reconhecimento social. Somos aquilo que os outros desejam e crêem que sejamos.

Em qualquer sociedade em que o indivíduo viva, sempre haverá mecanismos de controle: persuasão, ridículo, difamação, podendo chegar até ao opróbrio, rejeição, ostracismo se o indivíduo transgredir as normas vigentes no grupo social.

3.1. O indivíduo e o sentido de pertencimento

Vimos que a identidade não é inata e sim estruturada ao longo de nossa existência, e que somos o reflexo dos valores vigentes no contexto social onde estamos.

A sociedade fornece nossos valores, nossa lógica e o acervo de informação que constitui nosso conhecimento. A sociedade pré-define para nós o mecanismo simbólico fundamental com o qual aprendemos o mundo, ordenamos nossa experiência e interpretamos nossa própria existência.

Geralmente, a maioria das pessoas não sente necessidade de avaliar o que lhes foi imposto, porque a cosmovisão em que foram socializados lhes parece óbvia. Uma vez que essa cosmovisão parece natural por quase todos os membros da sociedade, ela se ratifica e se valida.

Em seu perpassar pela existência podemos ser parte integrante de diferentes grupos de referências, que nos exigem o desempenhar de diferentes papéis, em consonância com o pensamento social de cada grupo. “O papel dá formas e constrói tanto a ação quanto o ator”. (Berger, 2003:111).

Cada grupo social tem um sistema de referência própria com determinados papéis a serem desempenhados e não podemos ter comportamentos conflitantes com os demais elementos do grupo a que pertencemos, como comportamentos e papéis que esperam de nós.

Um grupo de referência é a coletividade, cujas convicções e rumos de ação são muito importantes para nortearmos nossa opinião, e nosso comportamento. O grupo de referência nos proporciona um paradigma com o qual estabelecemos contínuas comparações. Ele oferece um ponto de vista sobre a realidade que será o impulsionador de nossa participação nesse grupo social particular. São muitos os grupos a que podemos pertencer simultaneamente e, em cada um desempenharemos papéis que esperam sejam executados por nós.

A consonância de ações com os padrões do grupo dá-nos a aceitação dos demais membros e despertará em nós o sentido de pertencimento que nos gratificará e nos fortalecerá.

A filiação a um determinado grupo de referência traz em seu bojo compromissos cognitivos e comportamentais específicos.

Conforme frisa Berger (2003:134) “uma pessoa se liga a um grupo e por isso sabe que o mundo é isso ou aquilo. Outra troca este grupo por outro e passa, a saber, que devia estar enganada. Todo grupo a que uma pessoa se reporta proporciona um ângulo de visão privilegiado do mundo. Todo papel incorpora uma cosmovisão”.

O indivíduo adquire socialmente, sua cosmovisão, da mesma forma como adquire seus papéis e constrói sua identidade. Suas ações, suas emoções e sua auto-interpretação são definidas para ele pela sociedade, da mesma forma que sua atitude cognitiva em relação ao universo que o rodeia.

O ser humano tem sempre o impulso natural de ser aceito, de participar, de viver num mundo com outras pessoas que o aceitem e que o gratifiquem por estar participando desse determinado grupo social.

Sabemos que a visão, a opinião do grupo sobre nós é muito importante para nossa realização; o impulso, o sentido de pertencimento lastreia o agir do ser humano e influencia nosso modo de pensar, de ser, de agir. As opiniões grupais, relativas a questões políticas, éticas, estéticas ou religiosas exercem uma grande força sobre nós. Os valores grupais, os conceitos todo acervo cognitivo é incorporado por nós. A sociedade controla nossos movimentos, dá forma a nossa identidade, nosso pensamento e nossas emoções.

Por essas considerações vemos que os valores grupais são muito importantes para o ser humano, sabemos também que os fundamentos éticos e religiosos são também de extrema importância como norteadores de nossa ação.

CONCLUSÃO

Ao analisarmos o pensamento dos autores em relação à religião, identidade e pertencimento podemos concluir que:

O ser humano não vive só mas, participa da sociedade que lhe molda a identidade definindo-lhe os papéis que deverá desempenhar, como ator em seu universo vivencial.

Os valores grupais, os valores éticos, os valores religiosos são importantes balizas para estabelecermos nossas ações, pois estabelecem paradigmas de ação que precedem a nosso entrar em cena neste universo.

A sociedade fornece os valores e exerce controle social sobre nossas ações, daí a importância de agirmos de conformidade com os padrões comportamentais esperados para bem nos ajustarmos,

sermos aceitos e recompensados nos grupos sociais a que pertencemos no decorrer de nossa existência.

Vimos que o impulso do ser humano a agregar-se a um grupo, o impulsiona a buscar no grupo, seu bem-estar, o sentir-se parte desse grupo, o anelar pelo sentido de pertencimento, como fator relevante para sua realização pessoal.

O ser humano busca no grupo sentir-se forte, por ser aceito, benquisto como participante desse grupo, cuja presença em conjunto com os demais amplia sua autoconfiança e o fortalece, pois o pertencer a um grupo além de engrandecê-lo pode também cristalizar sua esperança de ser feliz.

Vimos ainda que também nossas ações são delineadas pelo grupo religioso a que pertencemos, pois é através das ações de seus membros, que o sistema religioso se perpetuará. As convicções religiosas funcionam como influenciadoras e mantenedoras de desempenhos sociais.

Sabemos que o fundamento da religião cristã, ancorado nos ensinamentos bíblicos, deu origem à idéia de igualdade e fraternidade, pilares básicos da democracia.

Assistimos a procedimentos religiosos, ao longo dos séculos, que dão testemunho da importância dos ensinamentos cristãos como balizadores da ação humana. Conhecemos a importância das sanções religiosas às transgressões doutrinárias, culminando, até com excomunhão de fiéis.

A instituição religiosa determina os papéis que os fiéis deverão desempenhar, a fim de reproduzir o sistema religioso a que pertencem.

A reforma protestante acentuou a importância dos princípios democráticos e criou mecanismos participativos da instituição religiosa, a participação de leigos nos Conselhos Pastorais, a participação da mulher no ministério divino. É sempre à organização religiosa que compete definir a forma oficial das manifestações, das expressões coletivas de fé de um grupo social.

As normas éticas definidas pela religião regulam comportamentos individual e social. Ao definir a fronteira do pecado estabelecem as religiões os limites das ações humanas que nos conduzem ao bem.

Ao ensinar o amor ao próximo, o respeito ao outro, o espírito de solidariedade e fraternidade impulsionam os fiéis a agirem de forma à prática do bem. O pensamento cristão, mostra-nos a importância do ser humano preocupar-se com as carências de outros, mostram-nos a importância de não nos atermos somente ao bem individual, mas de nos preocuparmos com a justiça social, com o outro que pode não ter sido aquinhado de bens, mas é nosso irmão em Cristo.

Constatamos também os grandes reformadores plantaram na identidade dos seres humanos, a compreensão da solidariedade, do amparo aos mais necessitados, da fé como paradigma de ação social, da justiça social, ancorando-se na fraternidade para num círculo mais amplo, permitir a diminuição das diferenças sociais, gerando uma melhor condição de sobrevivência ao ser humano.

BIBLIOGRAFIA

- BERGER, Peter L. Modernidade, pluralismo e crise de sentido: a orientação do homem moderno. Petrópolis: Vozes, 2004.
- HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 8ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- HOUTART, François. Sociologia da Religião. Editora Ática, 1994.
- MENDONÇA, Antônio Gouveia. O Celeste Porvir – A Inserção do Protestantismo no Brasil. São Paulo: Aste, 1995.
- RAMOS, Ariovaldo e BITÚN, Ricardo. A Herança Protestante e o Desafio da Teologia da Prosperidade. São Paulo: 2002.